

JOSÉ WILSON FERREIRA LIMA

**A EFETIVIDADE DO DIREITO AO
SILÊNCIO DEPENDENTE DA POSIÇÃO
SOCIAL E ECONÔMICA DO INDIVÍDUO:**

Abordagem à Luz do Sistema Persecutório-Penal



Porto Alegre / 2018

© *José Wilson Ferreira Lima*

Capa: *André Ressel*

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor.

L732e

Lima, José Wilson Ferreira

A efetividade do direito ao silêncio dependente da posição social e econômica do indivíduo : abordagem à luz do sistema persecutório-penal / José Wilson Ferreira Lima. – Porto Alegre : Núria Fabris Ed, 2018.

200 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8175-101-6

1. Silêncio : Processo Penal : Brasil. 2. Persecução Penal. 3. Autoincriminação : Doutrinas e Controvérsias. 4. Confissão : Aspectos Sociais : Processo Penal. I. Título.

CDU – 343.144

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a

NÚRIA FABRIS EDITORA

Rua Gen. Caldwell, 814 – Menino Deus

CEP 90130-050 – Porto Alegre – RS

Telefone da Livraria: 55 51 3231-9321

Telefone da Editora: 55 51 3013-3339

WhatsApp: 55 51 99985 9056

E-mail: contato@livrariafabris.com.br

nuriafabris@livrariafabris.com.br

Facebook: <https://www.facebook.com/fabrislivraria>

Site: www.livrariafabris.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – A NORMATIVIDADE DO DIREITO AO SILÊNCIO	33
1.1 Visão geral da normatividade e das garantias do direito ao silêncio ..	33
1.2 A ordem jurídico-normativa do direito ao silêncio	36
1.3 A proteção do direito ao silêncio no ordenamento internacional	43
1.4 O referencial Miranda v. Arizona.....	49
1.5 O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o direito ao silêncio.....	55
1.6 A tutela constitucional dos bens jurídicos fundamentais e garantismo.....	60
1.7 O direito ao silêncio como bem jurídico fundamental e positivismo	68
CAPÍTULO 2 – FATORES GERAIS QUE CONTRIBUEM PARA A INEFETIVIDADE DO DIREITO AO SILÊNCIO	75
2.1 Considerações preliminares	75
2.2 A prática da tortura como meio de obtenção de provas e de violação do direito ao silêncio	77
2.3 O jornalismo investigativo e a especulação midiática em confronto com o direito ao silêncio.....	91
2.4 A reação social à sensação de impunidade: a busca da condenação a qualquer custo.....	104

CAPÍTULO 3 – FATORES ESPECÍFICOS QUE CONTRIBUEM PARA A INEFETIVIDADE DO DIREITO AO SILÊNCIO: ANÁLISE DE CASOS.....	113
3.1 Considerações preliminares	113
3.2 O direito ao silêncio e as Comissões Parlamentares de Inquérito: análise da investigação denominada “CPMI do Cachoeira”	116
3.3 O direito ao silêncio e a prática investigativa policial no Distrito Federal: confronto entre o texto e o contexto dos autos de prisão em flagrante	125
3.4 O direito ao silêncio e a jurisdição: análise da jurisprudência sobre o tema no âmbito do STF e do STJ.....	130
 CAPÍTULO 4 – O EXERCÍCIO DO DIREITO AO SILÊNCIO SEGUNDO A POSIÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO INDIVÍDUO	 145
4.1 Diferentes graus de efetividade do direito ao silêncio	145
4.2 Igualdade de tratamento e a emancipação do indivíduo à luz da Teoria de Dworkin	150
4.3 Falhas identificadas na política pública de proteção do direito do silêncio	160
4.3.1 Falha no Sistema Nacional de Proteção e Combate à Tortura	161
4.3.2 Falha no espaço reservado à atuação da defesa	164
4.3.3 Falha na interpretação que o Supremo Tribunal Federal faz quanto ao direito à ampla defesa nos procedimentos policiais	171
4.4 A necessária intervenção da defesa técnica para assegurar o livre exercício do direito ao silêncio	175
4.5 Propostas para se alcançar o maior grau de efetividade do direito ao silêncio	178
 CONCLUSÃO	 183
 REFERÊNCIAS	 189